



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – S. M. S.
Divisão de Licitação, Compras e Contrato de Insumos da Saúde

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2025 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2389-S/2024

CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIPO 1 DE RETIRO DO MURIAÉ, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUNA-RJ.

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUNA-RJ, por sua unanimidade orçamentária denominada Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 39.215.827/0001-58, com sede administrativa localizada na Rua Dez de Maio, nº 893, Centro, Itaperuna-RJ, CEP 28.300-000, órgão vinculado ao MUNICÍPIO DE ITAPERUNA-RJ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 28.916.716.0001-52, neste ato representado pelo seu Secretário, Sr. SAVIO SABOIA DA FONSECA, brasileiro, CNH nº 03823185248 Detran-RJ, CPF nº 080.434.837-52.

CONTRATADA: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXX, CEP XXXXX, por seu representante legal, o Sr. XXXXX, brasileiro, RG nº XXXXX, CPF nº XXXXXXXX.

Por este instrumento e na melhor forma de direito, firmam o presente contrato sob o regime de direito público, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 7.036 de 23 de dezembro de 2023, e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIPO 1 DE RETIRO DO MURIAÉ, Itaperuna/RJ, em atendimento ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Proposta nº 39215.8270001/24-002**, conforme especificações do Projeto Básico e demais documentos constantes do Edital de Concorrência Eletrônica nº 001/2025 .

PARÁGRAFO ÚNICO – A obra será realizada no endereço Rua Beira Linha, s/nº, esquina com a Rua Antonio de O. Gabeto, s/nº, Retiro do Muriaé, 5º Distrito do Município de Itaperuna/RJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA GARANTIA

Pela execução total do objeto deste contrato, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a Secretaria Municipal de Saúde pagará, à CONTRATADA, o valor total de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme proposta vencedora da Concorrência Pública nº 001/2025.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços contratados serão reajustados após o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, mediante solicitação da CONTRATADA, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – S. M. S.
Divisão de Licitação, Compras e Contrato de Insumos da Saúde

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e para itens orçados através de tabelas oficiais, será utilizada a mesma tabela para fins de reajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos reajustes subsequentes, ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO - O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Deverá ser prestada, pela CONTRATADA, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, nos moldes do § 1º do art. 96 da Lei n.º 14.133/ 2021, como condição para a assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou fatura, devidamente atestada, que deverá ser acompanhada de:

- a) Planilha de Medição, em 03 vias;
- b) Memória de cálculo da referida medição, em 03 vias;
- c) Relatório fotográfico amostral, colorido, comprovando a execução dos serviços medidos, em 03 vias;
- d) Fotocópia da guia de Recolhimento do FGTS/GFIP, em 03 vias;
- e) Fotocópia da guia de Recolhimento da Previdência Social INSS/GPS, em 03 vias;
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da Contratada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- i) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- j) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- k) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – S. M. S.
Divisão de Licitação, Compras e Contrato de Insumos da Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso seja apurada alguma irregularidade na documentação apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será susinado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As notas fiscais deverão ser emitidas em face do o Fundo Municipal de Saúde, situado à Rua 10 de Maio, nº 893 - 1º andar - Centro - Itaperuna/RJ, inscrito no CNPJ sob nº 39.215.827/0001-58.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação, previstas para o presente exercício, já estão compromissadas na seguinte classificação:

Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00.00 - Obras e Instalações (693)

Programa de Trabalho: 20.21.10.122.0025.1.239.000 - Edificações Públicas - Investimento da Rede de Serviços de Saúde

Fonte: 601 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. SUS prov. Gov. Federal - Bloco de Estr. Rede de Serv. Públicos Saúde

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, de acordo com o cronograma físico-financeiro, contados do dia seguinte ao do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço (OS) emitida pelo ordenador de despesas da Secretaria e equipe de fiscalização.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto será recebido provisoriamente, pelo fiscal do contrato, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, pela Secretaria Municipal de Saúde, da comunicação da CONTRATADA informando o término das obras, e definitivamente, pelo Secretário da pasta, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo de vigência contratual, considerando o prazo de execução dos serviços e do recebimento provisório e definitivo, será de 13 (treze), podendo ser prorrogado, consoante a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, durante todo o prazo de vigência contratual:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Contratante relacionadas à execução do objeto deste Projeto Básico;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Expedir, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, documento de inspeção dos serviços prestados emitido pela Fiscalização, que servirá como instrumento de avaliação e atestado do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos;
- d) A Fiscalização manterá Pasta de Ocorrência onde serão juntados todos os documentos relacionados com os serviços de execução do objeto;
- e) Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – S. M. S.
Divisão de Licitação, Compras e Contrato de Insumos da Saúde

- f) Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, bem como dos termos aditivos que porventura venham a ser firmados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- a) Executar o objeto de acordo com a sua proposta, com as normas previstas no edital e seus anexos, e com a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações e normas técnicas pertinentes, utilizando insumos de acordo com as especificações técnicas exigidas, nas condições e prazos estabelecidos;
- b) Responsabilizar-se total, integral, direta e indiretamente pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Município;
- c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABILITAÇÃO e QUALIFICAÇÃO exigidas no Edital;
- d) Aceitar, nos termos do art. 125 da Lei nº 14133/21, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- e) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto, e comunicar à fiscalização qualquer ocorrência anormal na execução dos serviços;
- f) Adequar, por determinação do Município, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo ou que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, até o prazo máximo de 03 (três) dias corridos, e refazer os serviços porventura inadequadamente executados, sem ônus para o Município;
- g) Cumprir rigorosamente as disposições legais e regulamentares pertinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, inclusive com fornecimentos dos equipamentos e materiais necessários aos trabalhadores, bem como arcar com as despesas referentes a sua manutenção;
- h) Registrar em Relatório Diário de Obra (RDO) todas as visitas que se verificarem, assim como ordens, determinações da fiscalização, anotações de ordem técnica e reclamações;
- i) Registrar o Contrato no CREA/ CAU, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica” correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- j) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- k) Fornecer, até o recebimento definitivo da obra, toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independente de sua responsabilidade civil;
- l) Fornecer garantia mínima de 05 (cinco) anos para o perfeito funcionamento das instalações, contados a partir da aceitação definitiva dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – S. M. S.
Divisão de Licitação, Compras e Contrato de Insumos da Saúde

- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, pela infração do inciso I, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa, por qualquer das infrações listadas que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:
 - 1. multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no inciso I;
 - 2. multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos incisos II a VII;
 - 3. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos incisos VIII a XII.
- c) Impedimento de licitar e contratar, pelas infrações dos incisos II a VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Itaperuna, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelas infrações dos incisos VIII a XII, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções



MUNICÍPIO DE ITAPERUNA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde – S. M. S.
Divisão de Licitação, Compras e Contrato de Insumos da Saúde

Administrativas.

CLÁUSULA OITAVA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O gerenciamento e a fiscalização do contrato caberão, respectivamente, aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itaperuna, a serem designados através de Portaria publicada no Diário Oficial do Município, que determinarão o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, e informará a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam reservados ao Gestor e Fiscal do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo, e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o Município de Itaperuna ou modificação da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

PARÁGRAFO QUARTO - A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato à CONTRATANTE dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

As hipóteses de extinção dos contratos serão as previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PARTES INTEGRANTES

As condições estabelecidas no Edital nº **001/2025** – Concorrência Eletrônica e na proposta

